

# PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE ACOLHIDO INSTITUCIONALMENTE SOBRE A REINTEGRAÇÃO FAMILIAR

Daniella de Souza e Pereira <sup>1</sup>

Gelza Ferreira Sousa <sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo descrever e discutir a percepção de adolescentes acolhidos institucionalmente sobre a reintegração familiar, considerando as expectativas e aspectos emocionais decorrentes da possibilidade desse retorno a família. Salienta-se que o acolhimento institucional é uma medida protetiva, excepcional e provisória, sendo que este serviço está localizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais na Proteção Social e Especial de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social. Participaram da pesquisa dois (2) adolescentes com dezessete (17) anos de idade, de ambos os sexos, que estavam acolhidos em unidades acolhedoras do Município de Porto Velho/RO, aguardando o retorno ao convívio familiar. Contudo, foi necessário discorrer sobre os temas da adolescência, do acolhimento institucional, da função parental e da reintegração familiar através do referencial teórico psicanalítico. Para a coleta de dados foi utilizada a Técnica de Entrevista Semiestruturada juntamente com a Técnica do Desenho Livre e para a análise dos dados foi empregada a Análise de Conteúdo Temática de Bardin (2011). Como resultado da pesquisa observou-se que a percepção do adolescente acolhido institucionalmente sobre a reintegração familiar é influenciada de acordo com o vínculo afetivo existente com os membros familiares.

**Palavras-Chave:** Adolescência. Acolhimento Institucional. Reintegração Familiar.

## ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia, Orientadora e Docente do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho – FIMCA. E-mail: danipsi2006@gmail.com <mailto:danipsi2006@gmail.com>  
<mailto:danipsi2006@gmail.com>

<sup>2</sup> Discente do 10º Período do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas Aparício Carvalho – FIMCA. E-mail: gelza.souza@uol.com.br

This article aims to describe and discuss the perception of teenagers welcomed institutionally on family reintegration, also considering the emotional aspects of these expectations and from the possibility of this return. It should be noted that residential care is a measure protective, exceptional and temporary, and this service is located in the National Grading of social assistance services in Social Protection and Special High Complexity of the National Social Assistance Policy. The participants were two (2) adolescents with seventeen (17) years of age, of both sexes, who were welcomed into the cozy units of the Municipality of Porto Velho / RO, awaiting the return to family life. However, it was necessary to discuss the themes of adolescence, the institutional care, parental function and family reintegration through the psychoanalytical theory. To collect data we used semi-structured interview technique with the Free Design Technique in the script and to the analysis of the data was used the qualitative analysis of Bardin. As a result of research it was observed that the teenager's perception welcomed institutionally on family reintegration is influenced in accordance with the existing bonding with family members.

**Keywords:** Adolescence. Institutional welcome. Family reintegration.

## 1INTRODUÇÃO

A motivação por este tema se deu através da experiência da pesquisadora quando atuou como estagiária de Psicologia no Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho. Ocasão que integrou, como auxiliar, da equipe do juizado (Juiz, Promotor, Defensor, Escrivã e um Estagiário de Informática) durante a semana de audiências concentradas<sup>3</sup>.

As audiências concentradas referem-se a uma ação judicial com a principal finalidade de reavaliar os processos abertos de medidas protetivas em relação à situação de criança ou adolescente junto da sua família. Esta ação ocorre a cada seis (6) meses dentro das Unidades de Acolhimento Institucional (UAI), numa espécie de mutirão de processos, cada dia em uma unidade diferente da comarca.

Observaram-se, nas audiências concentradas, casos de pais ou responsáveis que manifestavam não possuir condições de levar o adolescente para casa,

---

<sup>3</sup> Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público a "realização das audiências concentradas foi acordada durante o I Encontro Nacional das Coordenadorias de Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça, realizada em 16/04/2010, a partir da experiência exitosa no Estado do Rio de Janeiro com o Plano Mater. Posteriormente, foi prevista na Instrução Normativa n. 02/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça (BRASIL, 2013)".

alegando não ter autoridade suficiente sobre o mesmo, deixando-o permanecer em acolhimento institucional.

Um fato curioso, porque pai ou mãe desistiam do filho? Seria a fase da adolescência a causadora da desistência dos pais em relação aos filhos, ou a falta de vínculo afetivo, ou ainda por ser adotivo?

O acolhimento institucional é uma medida protetiva, excepcional e provisória, aplicada mediante a suspeita ou identificação de riscos a integridade física, psicológica da criança e do adolescente. Trata-se de um processo judicial que depende de vários profissionais de diferentes órgãos como, Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e executores das políticas sociais básicas e de assistência social.

Motivo pelo qual demanda tempo para apurar todas as informações necessárias à elaboração do relatório psicossocial, fornecendo embasamento para a decisão do Juiz da Infância e da Juventude quanto ao destino da criança ou do adolescente.

Contudo, o período de acolhimento institucional poderá torna-se um fator gerador de angústias, ansiedades e incertezas, sendo, um problema para o adolescente, pois não sabe quanto tempo vai perdurar sua permanência ou desligamento na instituição, ou seja, se retornará para casa (família) ou não.

Deste modo, a relevância deste trabalho justifica-se em compreender a percepção do adolescente acerca dos acontecimentos que envolvem o acolhimento institucional durante a adolescência.

A pesquisa teve como objetivo geral de analisar a percepção do adolescente acolhido institucionalmente sobre a reintegração familiar, por meio dos objetivos específicos de levantar os aspectos emocionais do adolescente, correlacionar as expectativas com a reintegração familiar e conhecer as perspectivas de desligamento deste adolescente.

Conforme Davidoff (2001) fisiologicamente o processo perceptivo depende tanto dos sistemas sensoriais quanto do cérebro, pois os sistemas sensoriais, chamados de sentidos recolhem dados e registram alterações que acontecem ao nosso redor, sendo, classificados de químicos (paladar e olfato); de posição

(cinestésico e vestibular); cutâneos ou somatosensoriais (contato físico, pressão, calor, frio e dor); audição e visão.

Assim, a percepção depende dos fatores do meio ambiente e do próprio indivíduo, que vão sendo adquiridos e desenvolvidos ao longo da vida. Deste modo, se a pessoa teve dano em algum dos sentidos à percepção torna-se prejudicada.

Davidoff (2001) acrescenta que a percepção sofre influências dos estados psicológicos, logo o sujeito que vivência situações que envolvam variações de emoções, objetivos e expectativas, tem a sua percepção alterada. Desta maneira, cada pessoa tem sua própria maneira de perceber o mundo, isto significa dizer, que cada adolescente terá sua percepção de acolhimento institucional distinta, embora partilhe de situações semelhantes, as experiências foram sentidas de formas diferentes.

Nesta pesquisa, busca-se discorrer sobre a fase de desenvolvimento da adolescência, o acolhimento institucional, a função parental e a reintegração familiar através do referencial teórico psicanalítico.

Deste modo, esta pesquisa pretendeu contribuir com a área acadêmica e profissional. Na área acadêmica justifica-se porque colaborou com o acervo literário diante dos temas adolescência, acolhimento institucional e de reintegração familiar, entre outros. E, na área profissional permitiu aquisição de aprendizado acerca das experiências que demandam o acolhimento institucional para a formação como futura profissional de Psicologia.

## **2 A ADOLESCÊNCIA E A ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE**

Atualmente a adolescência é um acontecimento pertencente ao o ciclo de desenvolvimento humano para chegar à vida adulta. No entanto, a etapa da adolescência não era considerada como parte do processo evolutivo do homem. Assim, Outeiral (2008) destaca que o conceito de adolescência é recente, desenvolvida entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial, antes se passava da infância a vida adulta num curto espaço de tempo.

Observa-se, que o termo adolescência é confundido com puberdade, dentre os próprios profissionais que atuam na área, porém são termos distintos, mas estritamente relacionados (OUTEIRAL, 2008).

A puberdade vem de (*puber*, pêlos) um processo biológico que se inicia entre nove e quatorze anos, desencadeando a produção de hormônios responsáveis pelo surgimento das características sexuais secundárias (OUTEIRAL, 2008). Desta forma, as características sexuais secundárias que surgem, conforme Campos (1987), na menina é o desenvolvimento dos seios, pêlos pubianos e axilares, e a primeira menstruação e, no garoto, o crescimento acelerado dos órgãos sexuais, pêlos pubianos, axilares, faciais e por último, a alteração da voz.

Em relação, ao termo da "adolescência" Outeiral (2008) explica que é uma palavra de dupla origem etimológica, vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), ou seja, processo de crescimento. Também deriva de *adolescere* (adoecer).

Diante disto, a definição de adolescência para Aberastury (1981) é uma condição ou processo de crescimento entre a idade da puberdade e o desenvolvimento completo do corpo. Enquanto que para Outeiral (2008) é um fenômeno psicossocial, que suscita diferentes particularidades segundo o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente está inserido.

Quanto à duração da adolescência, ou seja, quando inicia e termina esta fase, não há um consenso entre as diferentes abordagens sobre a adolescência, de modo que Campos (1987) diz que tentar fixar uma idade para esta etapa é um erro, pois a idade cronológica não acompanha a biológica, a puberdade ou maturação sexual ocorre em tempos diferentes entre meninas e meninos.

Atualmente, a Lei Brasileira considera adolescente aquele entre doze e dezoito anos incompletos, segundo o art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob a Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (BRASIL, 1992).

No que diz respeito aos aspectos psicoemocionais na transição da adolescência, Aberastury (1981) apresenta paralela ao processo de maturidade, os confrontos necessários ao adolescente para a entrada no universo adulto, que deverá despoja-se do mundo infantil através da vivência dos lutos da infância.

Os lutos referentes à perda da infância são três, como destaca Aberastury (1981): 1) pelo corpo infantil (as transformações corporais); 2) pela identidade e o papel infantil (aquisição da conduta adulta e a perda do comportamento infantil); 3) pelos pais da infância (a dependência financeira e independência afetiva). Deste modo, a vivência dos lutos da infância é imprescindível e difícil, sendo possível provocar incompreensão entre os membros família. De um lado, os pais que não sabe como agir com a rebeldia e inconstância dos comportamentos do filho e do outro, o adolescente que se acha controlado pelos seus pais.

Para Aberastury (1981) os pais também precisam fazer o luto pelo seu filho infantil e iniciar uma relação com o filho adulto. Caso os pais possuam dificuldades em lidar com os seus filhos, o julgamento, o enfrentamento e a rebeldia serão mais dolorosos, pois, o desprezo manifestado pelo adolescente frente ao adulto é devido à defesa da depressão diante da perda infantil, a perda da idealização e julgamento das figuras parentais que o deixa no intenso abandono (ABERASTURY, 1981).

Trata-se, porém, de uma situação complexa para os pais, por não sentirem-se respeitados em sua autoridade parental e para o adolescente que sofre com sentimentos ambivalentes, de dependência e independência.

Diante das dificuldades advindas dos lutos infantis, estariam estes correlacionados com as devoluções ou desistências de adolescentes adotivos? Uma vez que os lutos infantis possivelmente poderão despertar uma sobrecarga emocional tanto nos pais quanto nos filhos adotivos. E, exigindo desta maneira uma capacidade maior de compreensão dos pais adotivos mediante o enfrentamento do filho na transição dos lutos infantis.

Logo, se a relação de pais e filhos adotivos não for solidificada, aceita por ambos, livres de mitos em torno da adoção, possivelmente poderá eclodir negativamente trazendo prejuízos ao vínculo com o adolescente. Sobre o significado de adoção para Weber (2004) é tornar uma pessoa que não tem o mesmo sangue em filho, construindo um vínculo de amor e ternura.

Embora, a adolescência reúna sentimentos, condutas, atitudes inusitadas Knobel (1981) diz que não dá para alcançar a maturidade sem passar um pouco

pelo comportamento patológico, contudo, o conceito de normalidade depende do meio social, econômico, político e cultural em que está inserido.

Todavia, nomeia de Síndrome Normal da Adolescência (SNA), um conjunto de atitudes instáveis presentes no comportamento do adolescente, nos aspectos psicológicos, emocionais, sociais, religiosos, afetivos e sexuais (KNOBEL, 1981).

Mesmo considerando, incongruente a utilização dos dois termos, síndrome e normal simultaneamente, explica Knobel (1981) que a teoria se baseia em comportamentos transitórios de uma patologia, porém totalmente normais para a etapa e, ligado ao choque social entre as gerações, de adultos e adolescentes.

Desta maneira, descreveu os seguintes sintomas observados na SNA:

- 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas; 5) deslocalização temporal; 6) evolução sexual desde o autoerotismo até a heterossexualidade; 7) atitude social reivindicatória; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta 9) separação progressiva dos pais; 10) constantes flutuações do humor e do estado de ânimo (KNOBEL, 1981).

No entanto, não se pretende detalhar cada característica da SNA, mas, se discorrerá sobre a busca de si mesmo e da identidade. Pois, acredita-se que contempla as demais categorias, considerando-se a mais importante neste período.

Knobel (1981) diz que a busca de si mesmo e da identidade é necessária e, após o adolescente incorporar e identifica-se com os pais, chega o momento da separação dos mesmos, e inicia-se o seu processo de individualização.

Assim, a adolescência tem como função básica a estruturação da identidade que significa organizar-se por identificações, primeiro com a mãe, seguido do pai, depois por parentes, professores, amigos e sociedade em geral (OUTEIRAL, 2008).

Entretanto, até formular sua própria identidade o adolescente adotará várias identidades: Transitórias – de curto tempo; Ocasionais - em situações novas; e Circunstanciais - de personalidade distinta (KNOBEL, 1981).

Para Schultz; Schultz (2011) a adolescência é a fase que passa pela da crise da identidade básica do ego, no qual forma-se a autoimagem através das próprias apreensões e daquilo que os outros pensam sobre nós.

Todavia, independente de classe social, econômica, cultural, ambiente inserido, o adolescente que construiu uma identidade solidificada possuirá maiores condições no enfrentamento de possíveis situações de conflitos que poderão surgir em sua vida.

Diante do período da adolescência faz-se uma reflexão sobre adolescentes que foram negligenciados, abandonados, vítimas de violência intrafamiliar ou doméstica pelas figuras parentais, alguns acolhidos desde crianças ou várias vezes, sobre que modelos foram possíveis para a construção de sua identidade.

### **3 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O acolhimento institucional é uma medida judicial com a finalidade de proteger o melhor interesse da criança e adolescente contra a ameaça ou violação dos seus direitos. No entanto, “no Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento remontam ao período colonial” (BRASIL, 2009a).

Mediante a “doutrina da proteção integral”, e o direito à convivência familiar e comunitária, o serviço de acolhimento institucional passou a ser uma medida de caráter excepcional e provisório (BRASIL, 2009a, 2009b, 2012).

Também é uma medida protetiva aplicada mediante ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, por ação, omissão da sociedade/Estado; falta, omissão/abuso dos pais/responsáveis; e em razão de sua conduta, art. 98, ECA (BRASIL, 2012).

É um Serviço de Proteção Social Especial de alta Complexidade realizado por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) através do Serviço de Acolhimento Institucional (BRASIL, 2009a, 2009b, 2009c, 2011). Porém, não deve ser confundido com o serviço de internação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa art. 112, ECA (BRASIL, 2009a, 2012).

O acolhimento institucional é destinado a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, através de medida protetiva, em situação de abandono ou impossibilidade transitória da família (BRASIL, 2009a). A família poderá se tornar um



fator tanto de cuidados quanto de conflitos, e mediante a identificação de violações de direito da criança e do adolescente é que se faz necessário o acolhimento institucional (BRASIL, 2009b).

Dessa maneira, não implicando privação de liberdade segundo, art. 101, ECA, (BRASIL, 2012). Versa sobre o período necessário para o investimento das relações familiares até que possa ser viabilizado o retorno da criança/adolescente para o convívio da família de origem ou extensa, ou ainda, substituta (adoção).

Em relação às modalidades dos serviços de acolhimento, conforme as “Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” estão o Abrigo<sup>4</sup> Institucional, Casa-lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República (BRASIL, 2009a). Assim, este documento é responsável pela que regulamentação dos serviços de acolhimento no País, reformulou em sete princípios.

1. Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar;
2. Provisoriamente do afastamento do convívio familiar;
3. Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
4. Garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
5. Oferta de atendimento personalizado e individualizado;
6. Garantia de liberdade de crença e religião;
7. Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (BRASIL, 2009a).

Quanto ao local do acolhimento deve ter aspecto semelhante a uma residência, localizada na comunidade, não ter placa de identificação institucional, ser um ambiente acolhedor e de condições institucionais dignas (BRASIL, 2009a).

Em relação à aplicação da medida de acolhimento institucional, deve-se buscar uma intervenção que mantenha a criança ou adolescente no convívio familiar (natural ou extensa). Todavia, caso seja necessário o acolhimento, que a permanência não ultrapasse o prazo de dois anos, salvo quando comprovado a justa necessidade conforme a Lei 12.010/2009 (BRASIL, 2012).

---

<sup>4</sup> Termo empregado no documento de Orientações Técnicas: dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009a.

Portanto, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) através do relatório da Resolução nº 71/2011 realizou um levantamento sobre as situações de acolhimentos institucional e familiar no Brasil intitulada "Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País", e constatou que em torno de (50%) dos acolhidos permanecem no serviço entre 6 meses a 2 anos e (31%) permanecem por mais de 2 anos (BRASIL, 2013).

A finalidade do acolhimento é proteger o adolescente da violação de direitos, buscar sanar os conflitos através da conscientização da família, verificar que situação provocou tal fato, a fim de fortalecer os laços familiares para a reintegração familiar.

Ressalta-se que nas unidades onde ocorreu a pesquisa com os adolescentes observa-se a carência de práticas na execução das políticas assistências, pois na teoria já existem. Encontram-se vários tipos de fórmulas e nomenclaturas para descrever os direitos da criança e do adolescente como, leis, documentos, estatuto, plano, caderno, orientação, tipificação, descentralização, articulação, redes, política, entre outros.

Observa-se que precisa haver um maior investimento por parte dos órgãos responsáveis com relação à educação e à profissionalização do adolescente acolhido institucionalmente como previsto no ECA. Pois, a pergunta que se faz é estará o Estado sendo responsabilizado judicialmente diante do não cumprimento dos artigos 4 e 98 do ECA? Já que, a família sofre sanção perante a identificação de "negligência" (art. 98), na garantia dos "direitos" aos filhos (art. 4), sendo "penalizada" (98, 129) e, em alguns casos, perdendo o filho para o Estado, ou seja, para o Acolhimento Institucional.

Sendo que, a convivência familiar é um direito garantido ao adolescente de acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (BRASIL, 2009b) e, em consonância com o disposto que destaca que o "[...] adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família [...]" art. 19, ECA (BRASIL, 2012).

Chama-se atenção para os casos de inexistência ou impossibilidade da família natural, da família extensa ou ainda da rede de apoio do adolescente.

Restando-lhe somente à tentativa de colocação em família substituta (adoção), entretanto, de acordo tanto com a literatura sobre a adoção tardia (acima de dois anos) quanto às pesquisas sobre o perfil de crianças e adolescentes em acolhimentos tem demonstrado a dificuldade de concretizar esse tipo de adoção por inúmeros fatores que não vem ao caso discutir por não ser o foco deste trabalho. Deste modo, sendo mais provável que o adolescente não seja adotado e nem inserido em "Repúblicas".

A República é um serviço previsto no PNCFC, ECA e nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, destinado ao jovem que alcança a maioridade civil no acolhimento institucional, servindo como medida de apoio no momento de transição da autonomia e independência do mesmo.

#### **4 A FUNÇÃO PARENTAL E A REINTEGRAÇÃO FAMILIAR**

Falar da reintegração familiar faz-se necessário discorrer sobre a família e seus diferentes modelos. Uma instituição que está à mercê de transformações históricas, políticas, culturais e sociais.

Conforme Ariès (2012), nos séculos XV a XVII, o modelo familiar era o tradicional, patriarcal, extensa e de linhagem a fim de assegurar a transmissão dos bens, constituída de pai, mãe e filhos, parentes, empregados, criados e amigos.

Embora existisse um grupo grande de pessoas convivendo como família, Ariès (2012) diz que não existia o sentimento de família, assim como não estava solidificado o sentimento de infância, ou seja, não existia infância e, com sete anos, a criança era considerada e inserida no meio adulto como tal.

Houve um período em que as crianças pouco ficavam com os pais, segundo Ariès (2012), após ser desmamada tardiamente passava da casa da ama para a dos pais e, com sete anos era mandada à outra família para trabalhar como aprendiz.

Quanto às delegações das funções parentais, Badinter (1985) denominou de "os três atos do abandono" da criança na entrega: À ama; A governanta (menina) ou preceptor (menino); Ao convento (menina) ou internato (menino).

E final do século XVIII e meados do XX, surge o modelo moderno de família, a nuclear, onde é fundada no amor romântico, na divisão do trabalho entre o casal e a valorização educacional dos filhos pelo o Estado (ROUDINESCO, 2003).

A partir da década de 60, a família pós-moderno ou contemporâneo formada por duas pessoas em busca de satisfação sexual, com relativa duração, escassa autoridade parental devido, divórcios e recomposições conjugais (ROUDINESCO, 2003).

Atualmente, os pais ou qualquer deles são convocados a cumprir importante função de amor e cuidado no desenvolvimento, responsabilidade e acompanhamento do filho, ou seja, criança ou adolescente<sup>5</sup>, pois a chegada da adolescência não exime os pais na continuidade da sua função.

Ressalta-se que a função (simbólico) e o papel (imaginário) parental são diferentes, porém, são adquiridos, construídos socialmente e historicamente como menciona (BASTOS; ALMEIDA, 2012). Embora, tanto a função quanto o papel parental seja criações sociais, são sentidos de maneiras distintas podendo haver vínculo biológico e não ocorrer vínculo afetivo ou vice e versa.

Apresentam-se duas definições de família, a natural, constituída pelos pais ou qualquer deles e filhos e, a extensa/ampliada formada por parentes de convívio e vínculos de afinidade e afetividade art. 25, ECA (BRASIL, 2012).

Observa-se que a definição de família natural ou extensa descrita no ECA possui uma colocação didática de informar a família sobre seu lugar de responsabilidade social sobre o adolescente.

Todavia, o PNCFC conceitua família como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade (BRASIL, 2009b). Por discordar do conceito de família exposto no ECA, entendendo ser insuficiente à explicação de possíveis laços existentes do adolescente, no caso de uma intervenção necessária. Nesta definição de família como grupo de pessoas estão incluídas, a família natural, extensa e rede de apoio.

---

<sup>5</sup> Ressalta-se que neste tema empregará mais o termo adolescente por ser o foco deste trabalho, embora se entenda que a legislação brasileira considere sujeitos de direitos (menores de 18 anos), ou seja, crianças e adolescentes.

Deste modo, as leis brasileiras buscam assegurar ao adolescente os direitos garantidos e procura usar de todas as estratégias, recursos e probabilidades na impossibilidade da família natural, poder contar com a extensa (parentes) ou a rede de apoio (vizinhos, padrinhos, amigos). É como se voltássemos no tempo da família tradicional, mas agora com o sentimento de família.

A preocupação com a família e a rede de apoio do adolescente deu-se após, segundo Faleiros (2005), o Brasil através do ECA adotar a proclamação da Convenção sobre os Direitos da Criança de 20 de novembro de 1989 que passou considerar crianças como “sujeitos de direito”. Por conseguinte, todo aquele com idade inferior de dezoito (18) anos, ou seja, crianças e incluindo adolescentes passaram a ser considerados, cidadãos e pessoas em processo de desenvolvimento de acordo com, art. 6º, ECA, “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. (BRASIL, 2012).

Dentre alguns direitos estão à garantia à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e a convivência familiar e comunitária art. 4, ECA (BRASIL, 2012).

É sobre o direito a convivência familiar e comunitária que expõe a função dos pais tanto no âmbito político quanto no social, logo é dever da família no campo político garantir ao adolescente a oportunidade de gozar dos benefícios ora recomendados em lei. Podendo os pais sofrer sanção judicial conforme art. 129 do ECA no descumprimento dos mesmos.

Quanto ao campo social estar estritamente ligado ao psicoemocional do indivíduo, que de acordo com Rappaport (1982) a socialização das crianças é realizada pelo pai e a mãe durante o seu desenvolvimento por meio da transmissão de valores adquiridos culturalmente, porém com afetividade.

A afetividade tem fundamental importância para a área da Psicologia e Psicanálise, uma vez que a vivência satisfatória dos cuidados recebidos nos primeiros anos de vida da criança será determinante para o desenvolvimento psicoemocional desta para conviver mais adequadamente em sociedade.

Bowlby (2006) define uma “vida familiar normal” quando os pais realizam os cuidados necessários ao filho, por meio de um ambiente seguro e afetivo, no qual a relação conjugal destes seja contributiva para a qualidade do convívio familiar. Nisto, os pais precisam satisfazer às necessidades básicas e afetivas do filho, mas também carecem de zelar por sua relação matrimonial, criando um espaço saudável de habitação e convivência familiar.

Winnicott (2011) expõe que para a mãe exercer a maternagem ideal, depende de sentir-se segura consigo, amada pelo companheiro e do apoio da própria família e por último da aceitação dos grupos sociais.

A mãe é a primeira figura parental que proporciona os cuidados básicos à criança, como, alimento, além de fornecer proteção, amor, atenção, segurança, aproximando-a do pai, da família extensa, exercendo o papel de “mãe suficientemente boa” (WINNICOTT, 2011).

A criança que foi acompanhada pela mãe suficientemente boa terá capacidade de ter um desenvolvimento pessoal e real, pois o ego da mãe dá apoio ao ego do filho, portanto, uma relação de vinculação e posteriormente de desvinculação para a construção do sujeito.

No entanto, a ausência ou privação de uma mãe suficientemente boa recai sobre a mesma, a responsabilidade da carência, da rejeição, da delinquência do adolescente (WINNICOTT, 2011; BOWLBY, 2006). Acrescentando, o atraso no desenvolvimento intelectual da linguagem e da abstração, além de uma personalidade impulsiva (BOWLBY, 2006).

Entretanto, o pai tem uma função importante perante a criança conjuntamente ou separadamente da mãe de seu filho. Assim, conforme Bowlby (2006) na “privação” ou ausência da mãe boa recorre-se a “mãe substituta”, ou seja, uma pessoa que irá realizar o papel de mãe, que deve ser principalmente, amorosa com a criança, e o ideal que seja feito pelo genitor ou alguém da família.

Já para a Psicanálise o pai exerce um papel de autoridade legítima, de pôr limites e regras à criança durante a vivência do Complexo de Édipo, que através do Complexo de Castração, temerá, admirará e identificará com o pai (MENA, 2004).

Assim, pai e mãe exercem muitas outras funções na vida da criança colaborando para o desenvolvimento e maturidade emocional do filho. Contudo, após este passeio histórico, político, social e psicológico torna-se claro o investimento em políticas públicas na área de assistência social para evitar o acolhimento institucional e na necessidade de fazê-lo, torna-se claro, os investimentos para viabilização da reintegração familiar do adolescente.

A reintegração familiar é a garantia do direito à convivência familiar e comunitária a criança e ao adolescente, previsto no PNCFC Brasil, (2009b). Em consonância com o disposto “toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...]” art. 19, ECA (BRASIL, 2012).

É explícito que o lugar de direito do adolescente é junto dos pais ou com qualquer deles, a não ser que a convivência com estes exponha-o em risco. De modo que não havendo perigo, o adolescente retorne ao convívio de sua família, seu ambiente natural que lhe é garantido por direito.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta é uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo “[...] é um método que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem [...]” (2014, p. 57).

Para análise de dados transcritos das entrevistas empregou-se a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin,

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução (variáveis inferidas) destas mensagens (2011, p. 48).

Quanto ao estudo de caso, como destaca Chizzotti (2010) uma técnica bastante utilizada na área de pesquisa com o objetivo de reunir informações relevantes sobre o objeto de estudo a fim de adquirir maiores conhecimentos.

O estudo de caso foi pertinente para evidenciar tais peculiaridades no emprego das técnicas de entrevista semiestruturadas que segundo Nunes (2005), pode seguir um roteiro para através da investigação do tema ser explorado com cada entrevistado associado ao desenho livre.

Os desenhos livres “são aquelas produções gráficas realizadas por solicitação, em situações específicas de pesquisa ou diagnóstico psicológicos” (VAN KOLCK, 1984, p. 83). Portanto, uma técnica projetiva onde se manifesta conteúdos profundos e inconscientes da personalidade menos conhecidos.

As providências iniciais para a pesquisa foi à solicitação das autorizações do Juizado da Infância e da Juventude, além da Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS), por meio do CREAS ao Serviço de Acolhimento Institucional (SAIN).

E após a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP das Faculdades Integradas Aparício Carvalho – FIMCA e aprovação do CEP no dia 31 de julho de 2015, realizou-se contatos telefônicos e agendamentos de entrevistas com ambas Psicólogas do SAIN responsáveis pelos atendimentos técnicos das referidas unidades de acolhimento para posteriormente conhecer os adolescentes que correspondiam ao objetivo da pesquisa.

Além de realizar as visitas às instituições feminina e masculina para apresenta-se as respectivas Diretoras e realizar o convite aos adolescentes selecionados.

Em seguida participantes e Diretoras foram informados dos objetivos da pesquisa e os procedimentos éticos por meio da cópia dos documentos entregues da autorização do Juiz da Infância e da Juventude, e da SEMAS/SAIN, dos Termos de Assentimento e de Consentimento Livre Esclarecido e, após as anuências das respectivas Diretoras responsáveis pelos adolescentes das referidas instituições, foram colhidas às assinaturas.



A coleta de dados ocorreu nos meses de Setembro e Outubro de 2015 em duas unidades de acolhimento institucional de adolescentes entre doze (12) e dezoito (18) anos incompletos na cidade de Porto Velho/RO.

## 5.1 DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

A unidade feminina teve sua fundação aproximadamente no final de 1990, localizado no endereço atual há quatro anos. No andamento da pesquisa contava com doze (12) adolescentes acolhidas, além de três (3) bebês de três delas. Quanto, a instituição masculina foi fundada por volta de 2010, funcionando no atual endereço há seis meses, com sete (7) adolescentes acolhidos.

Cada unidade possui em seu quadro doze servidores municipais, exercendo as seguintes funções: Educadores, Cozinheiras, Serviços Gerais, Administrativo, Diretora, além de Vigilantes de empresa terceirizada. Sendo, que Guardetes atuam na unidade feminina e, Vigilantes na masculina. Portanto, tanto os servidores municipais quanto os funcionários terceirizados trabalham em regime plantonista, exceto a Diretora.

As unidades dispõem de uma Psicóloga e uma Assistente Social, entretanto, a masculina contava somente com Psicóloga. Estas profissionais são responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes em diferentes situações como, inserção, reintegração familiar, destituição do poder familiar, desligamento por maioria entre outras atividades.

As unidades assemelham-se a uma residência, sem placa de identificação conforme previsto nas Orientações Técnicas do Serviço para Acolhimento, dispondo de sala, quartos, cozinha, sala da direção, sala de atendimento técnico, banheiros, área de serviço, varanda. Apenas diferindo na piscina que a masculina tem e a feminina, não.

A rotina das adolescentes se resume em estudar, fazer cursos profissionalizantes (manicure, pedicure e cabeleireiro) no horário inverso da escola. Porém, três delas, não estão inseridas na escola, devido o recém-nascimento de seus bebês e, algumas adolescentes não realizam curso profissionalizante por

depende de um padrinho/madrinha financeiro do projeto apadrinhando uma história. Que conforme, o Guia de Informações do Apadrinhando uma História, é um projeto com a finalidade:

Sensibilizar e captar pessoas com interesse e disponibilidade de tornarem-se “padrinhos e madrinhas” de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, cujos vínculos com as famílias de origem encontram-se total ou parcialmente rompidos e que estejam numa faixa etária avançada, doenças crônicas, deficiências físicas e mentais, soropositivas, etc., características que reduzem as possibilidades de inserção em família substituta (2014).

Com relação à rotina dos jovens, nem todos estão frequentando a escola no momento da pesquisa, e apenas um adolescente possui uma madrinha do projeto, porém não foi informado à inserção dos mesmos em cursos profissionalizantes.

As atividades em comum tanto dos rapazes quanto das moças é auxiliar nos serviços domésticos da unidade, participar de grupos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), participar de lazer, alguns estão em acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Infantil ou Três Marias.

No entanto, a unidade masculina possui um número menor de adolescentes que a feminina, porém, com menos atividades como a inserção em cursos profissionalizantes.

## **6 DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Participaram da pesquisa dois adolescentes que preencheram os seguintes critérios: está acolhido institucionalmente, iniciando o processo de reintegração familiar e que aceitaram participar da pesquisa. No entanto, a fim de manter o sigilo de suas identidades, mesmo os sujeitos da pesquisa não sendo irmãos biológicos, daremos os nomes fictícios de “João e Maria”.

A escolha pelos nomes de João e Maria se deu por descrever a possível situação de privação da mãe e abandono dos participantes semelhante à enfrentada pelos personagens do clássico infantil na versão dos irmãos Grimm, publicada em 1812 e mencionado no livro “Fadas no Divã – Psicanálise nas Histórias Infantis” dos autores psicanalistas e casal Corso e Corso, publicado em 2006.

Contudo, as histórias infantis têm o poder de atrair as pessoas pelo simbolismo que carregam. Os clássicos infantis são um recurso utilizado por alguns autores para narrar similaridades de histórias de pessoas reais, como fez a autora Lídia Weber no livro “Laços de Ternura – Pesquisas e Histórias de Adoção”, publicado em 2004, para relatar a história de crianças abandonadas no Brasil em capítulo intitulado “Nas trilhas de João e Maria”.

O clássico infantil dos irmãos, João e Maria, relata que pai e madrasta não possuíam alimento suficiente para partilhar com as crianças, mas incentivado pela madrasta, o pai deixa os filhos abandonados na floresta. Pois, de forma análoga os personagens passaram por uma dupla privação da mãe, quando a madrasta recusou-se a assumir o papel de mãe substituta.

Também, os adolescentes vivenciaram a situação de não ter a mãe presente que pudesse assumi-los, cuidar, amar e proteger, sendo, negligenciados pela mãe que não pode ser suficientemente boa.

Quanto ao abandono dos personagens que foram deixados juntos na floresta pelo pai, por mais de uma tentativa, se equipara aos adolescentes por terem sido acolhidos mais de uma vez, em uma das vezes, juntamente com os irmãos, mesmo possuindo uma das figuras parentais.

João tem dezessete (17) anos, foi adotado pelo companheiro da mãe, ou seja, trata-se de uma adoção unilateral. Sua família é composta pelo pai e cinco (5) irmãos, a mãe é falecida menos de um (1) e um dos irmãos também está acolhido.

Está matriculado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas parou de frequentar as aulas por apresentar dificuldades em relacionar-se com os colegas da escola. No momento também não está realizando curso profissionalizante. Faz uso de três tipos de medicamentos. Já saiu algumas vezes da unidade sem permissão e depois conseguiu retornar.

João está acolhido há um (1) ano na unidade masculina, seu segundo acolhimento na cidade. Ocorrido após uma briga com a irmã mais velha com quem residia, resultando em violência física, momento que o adolescente com raiva, proferiu xingamentos contra mesma, que já ameaçava colocar para fora da casa

dela. Como o adolescente já tinha dito para a mesma que não falasse, mas colocasse, sua irmã o entregou para a instituição.

Maria tem dezessete (17) anos, foi adotada na adolescência por um casal que possuíam dois (2) filhos, sua família é formada somente pela mãe adotiva, atualmente divorciada do pai adotivo e os irmãos não residem mais com elas. Está inserida na escola e faz curso profissionalizante de manicure no horário inverso a aula. Faz uso de medicamento psiquiátrico.

Relata que seu primeiro acolhimento ocorreu quando tinha menos de dois (2) anos de idade juntamente com seus irmãos, que cresceram dentro do serviço de acolhimento institucional. Está acolhida a menos de um (1) ano na unidade feminina. O motivo do atual acolhimento foi devido a adolescente ter se relacionado sexualmente com o namorado em casa o que sua mãe adotiva desaprovou reagindo em uma tentativa de suicídio, sendo necessária a hospitalização da mãe.

Posteriormente ao episódio, a adolescente foi dada como desaparecida e diante da notícia na mídia local a escola se manifestou informando que a jovem estava frequentando as aulas normalmente. Na ocasião ficaram sabendo que a adolescente estava morando na casa de uma amiga, momento em que os pais desta, resolveram entregar Maria para o Conselho Tutelar.

No período das entrevistas, a adolescente chegou a sair "fugir" da unidade sem permissão, mas conseguiu retornou para o acolhimento, o que possibilitou o término das entrevistas.

## 6.1 PREPARATIVOS PARA OS DESENHOS

Com objetivo de respaldar a entrevista verbal com as técnicas projetivas, uma vez que de acordo com Van Kolck na "interpretação o desenho se torna o indivíduo e a folha do papel o representa seu ambiente" (1984, p. 6), o que nos fez buscar este método para fornecer dados que não estivessem sobre o domínio de um discurso muito influenciado pelas defesas egóicas.

O material utilizado para a realização dos desenhos foi, a folha sulfite A3, lápis preto nº 2, lápis de cor, caneta esferográfica, giz de cera, borracha e apontador.

Foram declarados dois temas para os desenhos, o primeiro, como o adolescente se via no acolhimento e, o segundo como se via voltando para casa e sua família.

A folha foi entregue aos participantes da pesquisa no sentido paisagem, estes não apresentaram nenhuma dificuldade para iniciar o desenho assim que solicitado. Como nos desenhos havia elementos que poderiam identificar os participantes, optamos, por utilizar uma narração dos mesmos, apesar de sabedores do quanto à imagem nesta condição perde muito da sua possibilidade de interpretação.

As imagens confeccionadas pelos adolescentes serão apresentadas associadas ao material da entrevista que foi trabalhado a partir da análise de conteúdo.

## 6.2 CATEGORIAS TEMÁTICAS

Foram realizadas três entrevistas com cada adolescente. Após a transcrição do material, seguido de constantes leituras do mesmo, foram elencadas as possíveis categorias, que foram escolhidas por se relacionarem com os objetivos da pesquisa, já previamente delineados no roteiro das entrevistas. Para análise das entrevistas foi utilizada a Análise de Conteúdo Categorical ou Temática (BARDIN, 2011). As categorias temáticas que nortearam a análise de João e Maria foram: 1) A relação familiar; 2) O acolhimento; e 3) À volta para casa.

### 6.2.1 A relação familiar

Uma relação familiar fortalecida serve de base para o confronto na resolução de conflitos familiares. Porém, nota-se que a maioria dos adolescentes acolhidos é pertencente a uma dinâmica de vínculos familiares fragilizados, fato esse possivelmente, contributivo para o acolhimento institucional.

Quanto à relação de João com o pai adotivo é, *“instável, às vezes eu brigava com meus irmãos e brigava comigo, dava apoio pros meus irmãos e às vezes ele me*

*xingava, eu respondia ele, com raiva<sup>6</sup> [...]”*. Possivelmente, João mantém uma relação edipiana com o pai, que se manifesta perante a rivalidade pelo seu objeto de amor (BLOS, 1998).

Com Maria não é diferente, pois menciona ter dificuldade no relacionamento com pai também adotivo, “[...] *minha relação com meu pai era bem ruim [...]”*, todavia, não explica o motivo, sendo, a única frase sobre o mesmo. Infere-se que Maria, ao contrario de João, não vivenciou a relação edipiana positiva (BLOS, 1998).

João revela uma intensa ambivalência de sentimentos com relação ao pai, ora o rejeita, ora o aceita:

*[...] teve uma vez que eu fugi pra Casa e ele não me aceitou ai eu fiquei com raiva e raspei a cabeça aqui assim do lado, depois raspei do outro, a mulher até riu do corte de cabelo, fui pra Casa cansado, não dormir direito aquela noite, [...] ai eu voltei pro abrigo de novo, que ele falou assim, que eu odiava, se eu odeio meus irmãos eu odeio ele também, aí ele falou assim que era pra mim caçar meu rumo, ai eu continuei andando.*

Percebe-se na fala do jovem a frustração de não ser aceito como filho pelo pai que o adotou, “*é meu pai, só que ele me criou né, eu chamo ele de pai”*. Observa-se, no entanto, que a adoção de João foi apenas concreta, possivelmente a adoção simbólica não ocorreu por este pai.

Intui-se que João ainda deseja ser amado e protegido pelo figura de pai, quando recorda de figuras masculinas que o cuidaram quando o pai se negou:

*[...] ai o moço do bar me deu trailer pra mim dormir, me abrigou e me deu uma marmitex, eu comi, ai ele (pai) não deixou eu ficar em casa não, aí eu voltei chorando, o guardinha da igreja, o guardinha lá do CRAS mas, que é da igreja, que eu conheço, meu deu café e pão, ai eu voltei pro abrigo de novo, me deu almoço [...].*

Quando João menciona os cuidados recebidos pelo “moço do bar” e do “guardinha”, supõe-se que ansiava ter recebido do pai.

---

<sup>6</sup> As falas dos participantes serão apresentadas em itálico para diferenciar das citações de teóricos.

Entretanto, pressupõe que João e os irmãos não cresceram num lar harmonioso, com pais cuidadosos, amorosos, protetivos e, sim num lugar, se presenciava intensos conflitos conjugais com agressões físicas:

*Meu pai batia na minha mãe, eu lembro [...] bateu nela grávida, ele batia nela de correia, teve uma vez que ela chegou do trabalho, que ela bebia, ela chegava bêbada aí, ele (pai) pôs ela pra dormir do lado de fora no chão gelado [...] aí teve uma vez que ele (pai) pegou um pé de cabra pra matar ela [...] aí queria bater na mãe de novo [...] Outra vez foi uma briga lá que eles teve com o martelo [...] queria bater nela com o martelo [...].*

Segundo o relato de João possivelmente sua mãe era vítima de violência conjugal, possuía problemas com álcool e era ausente de casa e da vida dos filhos. Aparentemente a família de João não tinha relação como o modelo familiar proposto por Bowlby (2006) onde os pais são figuras que proporcionam cuidados básicos e afetivos no ambiente seguro.

Infere-se que a mãe que João menciona esteja relacionada com a figura materna do campo simbólico quando relata um passeio que fizera com a ela e os irmãos “*eu me lembro, antes de eu passar no antigo abrigo a minha mãe levou eu e meus irmão tudo, pra passear no parque e pagou lanche pra gente*”.

João acrescenta que a mãe “*era boa, pra mim, era um presente que Deus me deu, eu amava ela, amo até hoje, eu perdi ela, ela faleceu*”. Parece que João se encontra ainda no processo de catexia com a sua genitora quando se refere a mesma como se ela estivesse presente no campo concreto (BLOS, 1998).

A relação de Maria com a mãe é similar a de João com a sua “[...] *era bem ótima né [...]*”, entretanto, o motivo que balançou a relação das duas foi uma discussão em torno da relação sexual de Maria com o namorado dentro de casa que a mãe não aceitou, “[...] *eu tive relação com meu namorado né, em casa, minha mãe não gostou e tal, aí ela tentou se suicidar, nós brigamos, ela foi pro hospital, falou que se ela chegasse e me encontrasse, ela ia me matar, aí eu fugi né, de casa [...]*”.

Maria se identifica com a mesma, demonstrando a ligação entre as duas, “[...] *ainda mais que ela é estressada e eu também já sou, ela toma remédio e eu também né, e é isso daí*”.

João não percebe que a mãe de alguma maneira contribuiu para o acolhimento dele e dos irmãos e, posteriormente a perda da guarda dos mesmos, “[...] *o Juiz liberou minha guarda e da Maninha pro meu pai, eu queria morar com a mãe, só que a mãe perdeu a causa*”.

João menciona ter problemas com os irmãos, pressupõe-se que o adolescente devia ser vítima de violência intrafamiliar dos irmãos, descrevendo discriminações, agressões físicas e verbais, pois classifica a relação como, “*instável também, eu não me dou bem com eles [...] Rappaport (1982) diz que há uma necessidade presente na vida das crianças de pais afetivos, pois tendem a estimular a autoconfiança e a autoestima dos filhos para futuramente relacionar-se de forma adequada com seus pares. No caso de João e seus irmãos os mesmos provavelmente foram negligenciados quanto a esta postura dos pais. [...] eles me batiam porque eu tomo remédio controlado [...] me xingavam, me chamavam de doido, retardado, mongoloide, jogavam minhas coisas fora, minhas roupas fora [...]*”.

De acordo com Zuma (2004), um dos perfis de vítima de violência intrafamiliar são pessoas que apresentam transtorno mental. Destaca-se neste caso que João que faz uso de medicamentos psiquiátricos.

João diz ter afinidade com somente dois dos irmãos “*a irmã boa nunca me bateu não, meus irmãos depois da Maninha que eu me dou mais bem é a irmã boa de 15 anos, eu gosto muito dela*”. Contudo, a irmã boa que o adolescente se refere é a única por parte de mãe por quem tem afeição, depois da Maninha por quem demonstra amor, zelo, preocupação nas entrevistas.

O adolescente se relaciona bem somente com duas irmãs, a mãe já falecida, e aparentemente parece ocorrer uma rivalidade do mesmo, com os três irmãos caçulas. Que conforme sua percepção, os irmãos são protegidos pelo pai ao contrário dele.

Maria também possui dois irmãos com os quais, menciona uma relação muito amistosa, “[...] *minha relação com meus irmãos era bem legal, era divertido, a gente se divertia muito, brincava, eles são brincalhões*”.

Bowlby define o apego como o vínculo afetivo através do qual os pais proporcionam a satisfação das necessidades da criança ao proporcionar o



provimento de cuidados. Estas experiências positivas são vivenciadas através desta relação que passa a ser um modelo para outros relacionamentos interpessoais ao longo da vida. É através da maneira como a mãe e o pai interagem com seu filho, satisfazendo suas necessidades físicas e emocionais, que se possibilita à criança desenvolver uma base segura que influenciará a relação de apego de caráter seguro.

### 6.2.2 O acolhimento

O acolhimento institucional é um lugar destinado a crianças e adolescentes que passam por violações de direitos. Um fato que desperta atenção são intensas confusões entre os pais ou responsáveis dos adolescentes, ou seja, "conflitos de gerações" como aponta (KNOBEL, 1981).

João descreve que já passou por dois acolhimentos somente nesta cidade. O primeiro foi devido a Maninha não se adaptar na Casa do pai, após sua mãe perder a guarda deles:

*“A Maninha tava dando trabalho, ela ia pra casa da vizinha, não queria ir pra casa, falava mal do pai pros outros, [...] aí chamaram até a polícia, a irmã mais velha falou pra mim, se quer ir ou quer ficar? aí como eu não me separo dela (Maninha), eu falei igual à primeira vez (risos) eu quero ir, não pensei nas consequências, aí depois que eu pensei nas consequências [...]”.*

A ligação de João com a Maninha é tamanha que na ocasião em que a irmã seria novamente acolhida e, proposto ao adolescente sobre também o seu acolhimento, o mesmo, aceitou de imediato pensando que ficariam na mesma Unidade. Deste modo, observa-se que o acolhimento de João ocorreu em favor da estimulação de familiares.

Com relação ao acolhimento atual, João menciona que foi um desentendimento que teve com a irmã mais velha, filha do pai adotivo, com quem residia que conforme relato parece que a convivência estava se tornando intolerável para ambos:

*“[...] a irmã mais velha me levou pra casa dela, ai como ela ficava falando que ia me botar pra fora de casa, eu falei com ela assim um dia, é da próxima vez que você falar que vai colocar eu pra fora de casa, você faz, não fala, coloca, ai teve um dia que ela me bateu, eu mandei tomar naquele lugar, eu xinguei ela de desgraça [...] ai eu fui lá tomei o remédio controlado, tomei dois de cada, ai ela ficou preocupada comigo, mais ela falou assim que se eu passasse mal ela não ia correr comigo pro hospital [...]”.*

Muitas das vezes o acolhimento ocorre pelo fracasso da família natural em proporcionar aos filhos uma “vida familiar normal”, mas também, por parentes que não querem ajudar como pais substitutos (BOWLBY, 2006).

Maria também passou por mais de um acolhimento, mas, não entrou em detalhes, mencionou rapidamente que cresceu em instituição e depois foi adotada, contudo, especificamente o acolhimento atual a adolescente narra por que aconteceu:

*“eu tive relação com meu namorado né, em casa, minha mãe não gostou e tal, aí ela tentou se suicidar, nós brigamos, ela foi pro hospital, falou que se ela chegasse, ela me encontrar, ela ia me matar, aí eu fugi né, de casa [...] aí ela me colocou no jornal, me denunciou depois de ter brigado e tal, aí eu vim parar aqui né, eu fui me interessei pra ir lá, no negócio, lá na delegacia pra mim vim aqui pro negócio né, não voltar pra casa”.*

Referente ao impacto emocional que o acolhimento provocou, João recorda que ficou, *“muito abalado, triste, chorando, porque eu não queria vim pro abrigo [...]”*. Campos (1987) diz que as emoções podem tornar-se forças destrutivas e desintegradoras da personalidade do indivíduo quando ocorrem de maneira muito intensa e reprimida no caso da cisão filial e parental causando descontrole no comportamento do sujeito.

Maria parece não ter sofrido tanto abalo emocional quanto João, *“eu cheguei um pouco triste né, porque, eu senti assim meia triste, caída, mas, aí depois, aí depois eh. Eu me senti aceita né, com o povo aqui [...]”*.

Com a permanência no acolhimento, os adolescentes passam a ter outro sentimento, o de aceitação. Desta maneira, João diz *“feliz agora, aliviado por ter saído da casa da irmã mais velha e da casa do meu pai”*. E Maria fala, *“hoje me sinto na instituição assim, bem feliz né [...]”*.

A descrição do primeiro desenho<sup>7</sup> de João, onde a temática era como se via no acolhimento: utilizou lado esquerdo da localização da página; o tamanho em relação à folha foi médio; desenhou uma cachoeira de perfil, cortada pela margem da folha com queda d'água azul e delineada de preto; cinco aves azuis voando enfileiradas na direção da nuvem, sendo, duas à frente e três mais afastadas; um sol laranja cortado ao meio pela divisa da folha, canto superior esquerdo, com raios de luz em volta e uma nuvem estreita azul no limite da margem superior e próxima do sol.

Diante da produção do desenho de João sobre o acolhimento supõe-se que a cachoeira isolada do lado esquerda da folha, possa representar o adolescente, que se sente sozinho e desamparado, pela a falta do objeto já perdido, a mãe, agora falecida.

A cachoeira localizada do lado esquerdo representa o passado, o lado materno, a água simboliza a vida uterina, portanto, é a ligação com a mãe, a carência de afeto, o desejo inconsciente da relação simbiótica com seu primeiro objeto de amor. Nesta situação, Winnicott (2011) diz que a carência é fruto de uma ausência ou privação da mãe no momento do adocimento desta ou perante a separação da família. João passou por uma privação parcial da mãe suficientemente boa, e também não obtivera a mãe substituta.

A água que cai com força, porém delineada de preto sugere angústia sofrida pela separação que se manifesta na raiva e na agressividade.

O pai em forma de nuvem que se mantém distante estreito quase saindo da folha, parece não haver interação ou envolvimento.

Como mecanismo de defesa, João não desenha figuras humanas, uma possível forma de negar as experiências ruins que teve com as figuras parentais e familiares. Possivelmente, almeja mascarar tais sentimentos, desenhando a natureza, pois, o risco de sofrimento é menor.

---

<sup>7</sup> Os desenhos foram analisados em sua maioria segundo a autora Aguiar (2004), além de Cunha (2000) e Van Kolck (1984) citadas na íntegra nas referências.

No relato de João, a mãe possivelmente se mantinha distante de casa em função do trabalho ou da possível dependência do álcool, e o mesmo ficava na companhia do pai adotivo. Provavelmente, este pai, não desempenhou o seu papel e nem a de mãe substituta que segundo Bowlby (2006) pode ser exercido por qualquer parente ou mesmo pelo o pai na ausência da mãe, desde que o faça com amor.

Sobre o desenho de Maria em sua referência a respeito do período de acolhimento, podemos perceber que a mesma preencheu os quatro quadrantes; o tamanho em relação foi muito grande; desenhou uma casa (abrigo) enorme; telhado de telhas pequenas, pintado e contornado de marrom, com estrelas marrons; uma sala pequena, com dois sofás cinza com três meninas sentadas em cada um; uma mesa com televisão de cor laranja passando desenho animado; uma lâmpada amarela acesa com raios de luz em volta; uma porta de entrada bem pequenina com fechadura; uma porta de tamanho médio com fechadura do lado direito, que dá acesso o corredor; um quarto grande, contendo um coração grande com três meninas similares nos cabelos pretos, vestidos rosa de mãos dadas; dez estrelas amarelas ao redor do coração.

Em sua representação pessoal, Maria desenha uma casa enorme e centrada no meio e expandindo na folha toda, com um telhado grande, possível fuga na fantasia, porém, o telhado na cor marrom apresenta somatização, temor, má adaptação social e familiar, subdividido em telhas menores, Maria sonha em realizar muitos sonhos, com estrelas intercaladas, parece usar o isolamento como mecanismo de defesa para devanear, fantasiar, sonhar, uma forma de fugir da realidade. Maria está passando por um momento mais introspectivo e parece recorrer à produção bem infantilizada para sua idade.

A casa desenhada enorme, com somente dois cômodos, prováveis inconstâncias normais das descobertas presente na adolescência. A sala pequena Maria, parece representar este sentimento de que o abrigo não é mais lugar.

Maria desenha um quarto que é maior que a sala, com um coração pintado de vermelho, que parece simbolizar o desejo de ser amada, admirada em que estar dentro do mesmo de mãos dadas às duas meninas de vestidos rosa, a cor da ilusão,

da fantasia, do desejo de permanecer infantil. Ela se identifica com as meninas e manifesta afeto, apoio, e por isso estão posicionadas de mãos dadas, pois partilham a mesma situação. E envolta do coração estão rodeada de estrelas amarelas que representam a vontade de ter seus sonhos realizados.

Como ocorreu com João e Maria que não contavam com pessoas da família extensa ou rede de apoio para desempenhar o papel de pai/mãe substitutos, quando poderia ter evitado o acolhimento dos jovens.

O acolhimento por qualquer motivo ou duração que ocorra traz prejuízos ao acolhido diz a literatura. João e Maria já passaram por acolhimentos, acompanhados tantos dos irmãos, quanto sozinhos. Quanto mais tempo se passa em um acolhimento mais aumenta a ruptura e o distanciamento dos laços familiares. Dado este, que possa corresponder com a inadaptação do adolescente diante das reintegrações anteriores, resultando em outros acolhimentos.

No caso de Maria expressa um comportamento interessante no acolhimento se refere às suas relações familiares sempre no passado. Destaca-se, porém, que observou nos adolescentes durante as entrevistas um discurso confuso, às vezes, um estado emocional instável e "fantasmagórico". Este último, evidenciado nas análises do desenho conforme Van Kolck (1984).

Entretanto, este fato possa ser oriundo de vários fatores do contexto do adolescente, como o uso da medicação psiquiátrica, os inúmeros acolhimentos vivenciados, além de pertencer a uma dinâmica familiar conflituosa.

### **6.2.3 À volta para casa**

O retorno para casa e seus familiares é o segundo ápice do acolhimento institucional. Nomeou-se de segundo, porque o primeiro foi o acolhimento, infelizmente, agora é refazer o caminho inverso. A reintegração familiar tanto poderá ser rápida como lenta dependendo do caso levantado.

Em relação à volta para casa, ou seja, a reintegração familiar os adolescentes manifestam medo de possíveis acontecimentos ruins que possam surgir ao convívio

familiar. João verbaliza *“que eu posso machucar os meus irmãos e acabar indo preso, porque eles me bate muito, me bate muito”* e, Maria *“de eu trazer um namorado e a minha mãe querer, empatar aí tal for brigar comigo”*.

Quanto aos acontecimentos bons ao retorno para a casa, João *“eu não imagino voltar pra casa, eu imagino procurar um apartamento, pra morar, eu e a Maninha, só de boa, e meu aniversário passar todinho com ela, minha Maninha”*.

Maria imagina totalmente diferente de João, *“vai ser legal, divertido, pelo menos eu vou tá perto da minha mãe, eh só isso”*.

Percebe-se que Maria anseia voltar para casa e para sua mãe, *“que a gente esteja de bem uma com a outra [...] que eu amo ela, e na verdade ela me ama né, a gente se gosta e tal, mas é filha e mãe, é assim mesmo”*.

Tanto João, quanto Maria possui o entendimento do que é uma família, e o que representa para cada um deles. Portanto, para João é um benção, *“[...] família é uma coisa que Deus deu pra gente né, família é um presente, igual eu falava pra minha mãe, ela é um presente que Deus me deu!”*. E para Maria, significa manifestação de afeto, *“família pra mim é, sei lá, é o amor né, é felicidade, é carinho e a comunhão entre nós tudinho, só isso”*.

No segundo desenho de João como este se via voltando para casa e sua família, o mesmo usou toda a folha; o tamanho em relação à folha foi muito grande; desenhou uma casa estreita e alta marrom; com telhado em forma de cone, que contém somente à frente da casa; uma porta com fechadura do lado direito; uma janela à cima da porta aberta com uma tranca em cada lado; a linha de base não existe; a casa começa no início da margem inferior; um sol laranja cortado ao meio pela moldura ao redor da folha, com olhos, sem íris, cílios e sobrancelhas, raios de luz escasso e curtos; grama verde na extensão inferior da folha que ao se aproximar da porta de entrada fica mais alta em forma de serra, impedindo o acesso à porta da casa; uma cachoeira pequena com queda d'água mais extensa preta com sombreamento azul e a moldura azul na margem da folha, sendo, na parte superior e nas laterais da folha.

Com base no descritivo do desenho podemos perceber na casa uma representação do próprio João, que na sua estrutura inclinada para direita, parece

que o adolescente aos poucos vai elaborando sua situação de acolhido e com isso possivelmente afastando-se da imagem guardada da figura materna, deixando-a no passado. A porta da casa não dá acesso, pois tem uma barreira na entrada, parece que João se fechou em sua solidão, mas sente que precisa se adaptar ao novo, a fechadura do lado direito comunica que ainda tem a carência do afeto.

Já o telhado em forma de cone pode indicar o quanto João parece cético em relação ao futuro. Neste novo desenho novamente João apresenta uma cachoeira pequena na altura, mas com a extensão da queda d'água maior, mais á frente na cor preta com sombreamento azul, sugerem que no retorno do adolescente para a casa apresenta sentimentos negativos intensificados do abandono, frustração, ausência, mas buscando manter o controle sobre o ego.

João possivelmente demonstra está internalizando a carência, o abandono e a solidão, porém, parece aceitar a solidão, a ausência de uma linha que delimite o solo, nos faz inferir que o mesmo não está preparado para a reintegração familiar.

O adolescente desabafa *“por que eu não gosto de lá, eu não me sinto lá como na minha casa, meu pai me xingava, meus irmãos, me batiam, parecia até que iam me matar [...]”*, ou seja, João não sente-se pertencente ao seu núcleo familiar.

No desenho de Maria sobre a possibilidade de reintegração familiar a mesma aproveita para desenhar sua família, duas figuras femininas, duas figuras masculinas, uma ao lado da outra, de mãos dadas, sorrisos descontraídos. A produção do desenho provavelmente evidencia que a família que Maria possui está no campo imaginário de família perfeita, com todos a postos, um lado do outro de mãos dadas, simbolizando união, afeto e carinho, todos sorridentes. Porém, o que indica que esta família é imaginária ou que talvez tenha sido no passado, pois está disposta na parte superior e esquerda da folha em volta por estrelas marrons e laranjas.

Maria é a primeira na ordem das quatro figuras do desenho, se colocar antes da mãe no lado esquerdo da mesma, o lado materno, pintou o seu vestido de laranja e depois repintou de violeta igual havia pintado o da mãe, uma necessidade de sentir uma identificação com a mãe adotiva. Os vestidos pintados de violeta, cor que oscila a introversão e extroversão. O desejo de Maria em identificar-se com a mãe

está pautado também na fala “[...] *ainda mais que ela é estressada e eu também já sou, ela toma remédio e eu também né, e é isso daí*”.

Segundo, Cunha (2000) a produção gráfica da identificação negativa significa - o sentimento de menos valia, capacidade ou importância - da figura materna representa - uma mãe ausente, omissa, rejeitadora, ameaçadora e controladora.

A carência e o desejo de identificação de Maria, em que na sua narrativa foi muito pequena para o abrigo com seus irmãos, e somente na adolescência é que fora adotada. E por mais que Maria se vinculasse com alguma cuidadora da instituição talvez, este laço não poderia ser constantemente alimentado. Pois, infere-se que naquela época tais profissionais também trabalhasse em regime de plantão de encontro com o documento de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

De acordo com o Bowlby (2006) a privação parcial é a mais corriqueira em que a criança tem uma mãe biológica ou substituta, mas esta, não exerce os cuidados satisfatoriamente por negligência, ignorância ou hostilidade inconsciente. Na situação dos jovens pesquisados e principalmente, na situação de João, o acolhimento vai tornando um procedimento cômodo para a família. João por exemplo diz que seus últimos acolhimentos se deram em ocasião de ser motivado a acompanhar a irmã que seria acolhida, em outros momentos da reintegração sentiu-se todo tempo ameaçado a ser entregue novamente ao serviço de acolhimento.

Maria, narra que por vontade própria buscou o acolhimento como segunda opção de casa. Aparentemente, parece que a família deixa de reconhecer o adolescente como parte integrante da mesma, enquanto o jovem também parece não sentir mais pertencente ao seu núcleo. Deste modo, o acolhimento torna-se um refúgio para tanto a família quanto para o adolescente, como mecanismo de defesa nos confrontos familiares mediante simbiose com o serviço de acolhimento institucional. Por conseguinte, supõe-se que o serviço de acolhimento proporcione um ganho secundário à família e ao adolescente, não necessariamente na mesma ordem.

Para que a reintegração familiar aconteça de modo satisfatório deve existir um desligamento gradual e cauteloso. Porém, infere-se que as promessas surgidas



durante o processo de estágio de convivência não são cumpridas no retorno do adolescente para a sua família.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve a finalidade de pesquisar e discutir a percepção do adolescente acolhido institucionalmente sobre a reintegração familiar. Para tanto, foi necessário discorrer sobre a fase da adolescência, do acolhimento institucional, da função parental e da reintegração familiar.

No que diz respeito, a necessidade de separação do adolescente de seus pais nesta etapa para a busca da própria identidade, conforme destacado por alguns teóricos do assunto neste trabalho, ressalta-se, no entanto, que não foi possível identificar este comportamento nos adolescentes pesquisados. Pois, no caso destes, a separação ocorreu de forma involuntária em função do acolhimento institucional.

Referente ao acolhimento institucional entende-se que se trata de uma medida judicial protetiva, excepcional e provisória, empregada na maioria das vezes nas situações de abandono, negligência, violência doméstica/intrafamiliar e/ou sexual.

Porém, a motivação para o acolhimento dos adolescentes não ficou claro segundo a narrativa dos mesmos. Pois, no relato de João o motivo foi uma discussão entre ele e a irmã mais velha que já o ameaçava de entregá-lo a unidade de acolhimento. E, em uma determinada discussão entre eles, a irmã cumpriu a ameaça. Mesmo que, se perceba no discurso de João possíveis situações de violência intrafamiliar, rejeição paterna e a inadequação do adolescente no convívio de sua família não foram estes os motivos para o acolhimento.

Quanto ao acolhimento de Maria, também fica obscuro a razão, pois verbaliza que buscou auxílio para novamente ser acolhida no serviço, após um período conflituoso que teve com a mãe.

No entanto, se observa que o acolhimento institucional torna-se um refúgio para a família diante do enfrentamento para a resolução de seus conflitos. Infere-se que provavelmente há um ganho secundário para ambas as partes. Porém, nota-se

que é um recurso inconscientemente empregado muito mais pela família do que pelo próprio adolescente.

Em relação à reintegração familiar um dos ápices do serviço de acolhimento institucional, observou-se duas posturas distintas entre os adolescentes pesquisados, o de recusa e de aceitação.

No caso de João, evidencia-se a recusa quando verbaliza não querer a reintegração familiar, porém, o que se percebe é a presença de um possível medo em relação a não adaptação ou rejeição familiar no retorno para casa, além de mais um provável acolhimento. Acredita-se que este comportamento de João seja um dos motivos para não iniciar o estágio de convivência familiar, além das questões administrativas e burocráticas.

Cabe ressaltar que mesmo João não querendo retornar para sua família, o mesmo apresenta a preocupação de alcançar a maioridade civil no período do acolhimento, de ser desligado do serviço e não ter onde ficar.

Referente à Maria a postura é de aceitação e se mostra bem otimista, já se encontrava em estágio de convivência com a mãe adotiva, passando os finais de semana e retornando às segundas-feiras para a instituição.

No entanto, durante o período das entrevistas Maria saiu (fugiu) sem permissão do acolhimento em um final de semana. Deste modo, infere-se que a saída (fuga) da adolescente possa está relacionada com a viagem da mãe adotiva durante o estágio de convivência, e que tal ato, provavelmente, fora uma forma de chamar a atenção para um possível conflito de sofrimento e desamparo em relação à situação.

Antes da finalização deste trabalho, em contato com a Diretora da unidade masculina de acolhimento e segundo suas informações, João não está frequentando a escola, porém recebe o acompanhamento da mesma dentro da instituição, estava inscrito em curso de artesanato de natal que seria ministrado por outra instituição local, e que sua visita ao pai e os irmãos para iniciar o estágio de convivência familiar estava agendada.

Com relação ao atraso da visita de João à família se deve as questões administrativas e burocráticas direta e indiretamente do serviço de acolhimento

mencionadas anteriormente, como à falta de sincronismo entre Motorista-carro-gasolina. Quanto à Maria na ocasião não foi possível obter demais informações a respeito do andamento do seu processo de reintegração familiar.

Acredita-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, demonstrando que a percepção do adolescente acolhido institucionalmente sobre a reintegração familiar é influenciada de acordo com o vínculo afetivo ainda, existente com os membros familiares.

Portanto, observa-se que mesmo sendo conflituosa a dinâmica familiar no qual o adolescente faz parte, em algumas situações o vínculo permanece. Com isto, conseqüentemente o adolescente assentirá por sua reintegração ao convívio familiar, no caso de Maria. Desta maneira, comprovando um dado interessante encontrado nas pesquisas realizadas sobre o perfil de crianças e adolescentes em acolhimento institucional onde revela que a maioria dos acolhidos possui vínculo familiar.

Não obstante, em situação contrária, como a inexistência de vínculos afetivos, perda de confiança na família ou sentimento de pertença, possivelmente o adolescente temerá por sua reintegração familiar, ou até mesmo se negará iniciar o estágio de convivência, como na situação de João.

Entende-se que a institucionalização embora se constitua em uma medida protetiva não deixa de ser mais uma violência na vida do acolhido. Uma vez que, provavelmente poderá tornar-se um acontecimento desencadeador de sentimentos ambivalentes alterando o aspecto psicoemocional de adolescentes acolhidos.

No entanto, essa observação não é regra determinante, pois se percebe que algumas situações, os conflitos familiares e os acolhimentos vivenciados anteriormente, serviram de base para dar suporte emocional aos adolescentes novamente acolhidos. Resultando, em desenvolvimento da resiliência como mecanismo de sobrevivência.

Todavia, as expectativas de reintegração familiar e as perspectivas do desligamento do acolhimento estão exclusivamente interligadas com vínculos afetivos que o adolescente preserva em relação a sua família.

Sugere-se ainda, a efetivação das Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes através dos órgãos responsáveis pelo serviço referente à capacitação de servidores tanto do município quanto da empresa terceirizada que atua dentro das unidades. Devido se presenciar durante a pesquisa algumas situações relevantes. Enfatizar uma atenção especial aos cuidadores e vigilantes nas futuras capacitações. Além do cumprimento de um turno "diário" ou "fixo" de trabalho pelos servidores do município que atuam no local, ao invés do regime "plantonista". E, principalmente, a criação de "repúblicas" não somente no município, assim, como em todo o Estado para servir de apoio ao adolescente que alcança a maioridade civil dentro do serviço de acolhimento institucional.

Espera-se que a pesquisa tenha colaborado para o acervo da academia com os temas aqui levantados e discutidos, contudo, é relevante lembrar que se trata de uma temática ampla a ser explorada. Devido, a família, a política, a cultura e a sociedade estarem à mercê de constantes transformações.

Também foi de grande relevância para o processo de formação, agregando conhecimentos à futura profissional de Psicologia.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Tradução Susana Maria Garagoray Ballve. reimpr. 2011. Porto Alegre: Artmed, 1981.

AGUIAR, E. **Desenho livre infantil**: leituras fenomenológicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BADINTER, E. **Um amor conquistador**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1 reimpr. rev. ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. A função parental e os papéis sociais de pai e mãe na contemporaneidade. In: PENSO, M. A.; ALMEIDA, T M C de (Orgs.). **Direitos e conflitos psicossociais: ações e interfaces disciplinares**. São Paulo: Roca, 2012.

BLOS, P. **Adolescência: uma interpretação psicanalítica**. Tradução Waltensir Dutra. 2. Ed. São Paulo: Martins fontes, 1998. (Psicologia e pedagogia).

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. Tradução Vera Lúcia Baptista de Souza e Irene Rizzini. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Versão Atualizada 2012.

\_\_\_\_\_. Guia de informações: **projeto apadrinhando uma história**, agosto, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. In: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Versão Atualizada 2012.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: centro de referência especializado de assistência social - CREAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Prefeitura do Município de Porto Velho. Secretária Municipal de Assistência Social SEMAS, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009c.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORSO, D. L.; CORSO, M. **Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CUNHA, J. A. (COL.). **Psicodiagnóstico – V. 5** ed. rev. ampl. reimpr. 2008. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. Tradução: Lenke Perez. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

FALEIROS, V. P. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise, IPEA. p. 171-177, ago. 2005.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Tradução Susana Maria Garagoray Ballve. reimpr. 2011. Porto Alegre: Artmed, 1981.

MENA, L. F. B. **A função do pai em psicanálise: para que serve a autoridade?: função e deriva na modernidade**. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano). Setor de Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NUNES, M. L. T. Entrevista como instrumento de pesquisa. In: MACEDO, M. M. K.; CARRASCO, L. K. (Orgs.). **(Con) textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

RAPPAPORT, C. R. (Coord.). Socialização. In: RAPPAPORT, C. R. (Coord.); FIORI, R. W.; DAVIS, C. **A idade escolar e a adolescência**. 15 reimpr. 2008. São Paulo: EPU, 1982. (Psicologia do desenvolvimento, v. 4).

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **Teorias da personalidade**. Tradução de All Tasks. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos: no diagnóstico psicológico**. In: RAPPAPORT, C. R. (Org.). reimpr. 2010. São Paulo: EPU, 1984. (Temas básicos de psicologia, v. 5).

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Textos de Psicologia).

WEBER, L. N. D. **Laços de ternura:** pesquisas e histórias de adoção. 3. ed. rev. Curitiba: Juruá, 2004.

ZUMA, C. E. **A violência no âmbito das famílias:** identificando práticas sociais de prevenção. Monografia (Especialista em Gestão de Iniciativas Sociais). LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN. Rio de Janeiro, ago. de 2004.